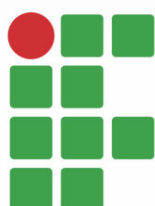




Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM
DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA**



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

JANEIRO/ 2022

Missão

Promover a educação de excelência por meio do ensino, pesquisa e extensão nas diversas áreas do conhecimento técnico e tecnológico, formando profissional humanista e inovador, com vistas a induzir o desenvolvimento econômico e social local, regional e nacional.

Visão

Ser reconhecido como uma instituição de ensino de excelência, sendo referência em educação, ciência e tecnologia no Estado de Mato Grosso do Sul.

Valores

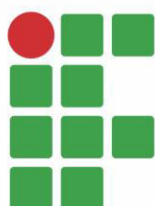
Inovação;

Ética;

Compromisso com o desenvolvimento local e regional;

Transparência;

Compromisso Social.



INSTITUTO FEDERAL

Mato Grosso do Sul



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL
IFMS

Endereço: Rua Ceará, 972 – Santa Fé – Campo Grande/MS – CEP: 79021-000
CNPJ: 10.673.078/0001-20

IDENTIFICAÇÃO

Projeto do Curso de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Classificação documental: 010.2

Diplomação: Especialista em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Carga Horária: 360 horas.

Trabalho de Conclusão de Curso: 60 horas.

Carga horária total do curso: 420 horas.

Integralização máxima do curso: 24 meses.

Número de disciplinas convalidadas: Máximo 3 (cursos externos). Caso seja convalidação entre o mesmo curso, originários de campus diferentes do IFMS, não há limite para convalidação.

Modalidade do Curso: Presencial, com até 40% da carga horária na modalidade EaD.

Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social.

Grande Área: Educação.

TRAMITAÇÃO

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Processo: [23347.010457.2020-69](#)

Reunião/Data: 18ª Reunião Ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em 9 de novembro de 2021.

Aprovação: [Resolução 34/2021 - COEPE/RT/IFMS](#)

TRAMITAÇÃO

CONSELHO SUPERIOR



Processo: [23347.010457.2020-69](#)

Reunião: 42ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, em 16 de dezembro de 2021.

Aprovação: [Resolução 41/2021 - COSUP/RT/IFMS](#)

Publicado em : [Boletim de Serviço nº 81 / 2021](#), de 22 de dezembro de 2021.

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

Aprova a atualização do Projeto Pedagógico de Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul.

O CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 13, inciso IX do Estatuto do IFMS e tendo em vista o Processo nº [23347.010457.2020-69](#) apreciado na 42ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, em 16 de dezembro de 2021,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico de Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Elaine Borges Monteiro Cassiano
Presidente do Conselho Superior - Cosup/IFMS

Documento assinado eletronicamente por:

- Elaine Borges Monteiro Cassiano, REITORA - CD1 - IFMS, em 22/12/2021 11:10:20.



Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Elaine Borges Monteiro Cassiano

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPI)

Felipe Fernandes de Oliveira

Diretor de Pós-Graduação

Geovano Moreira Chaves

Coordenador de Pós-Graduação

Raphael Gustavo Stafoca

Diretores(as) Gerais dos Campi

Aquidauana - Hilda Ribeiro Romero

Campo Grande - Dejahyr Lopes Junior

Corumbá - Wanderson da Silva Batista

Coxim - Angela Kwiatkowski

Dourados - Carlos Vinicius da Silva Figueiredo

Jardim - Sirley da Silva Rojas Oliveira

Nova Andradina - Claudio Zarate Sanavria

Naviraí - Matheus Bornelli de Castro

Ponta Porã - Izidro dos Santos de Lima Junior

Três Lagoas - Walterisio Gonçalves Carneiro Junior

Diretores(as) de Ensino, Pesquisa e Extensão dos Campi

Aquidauana - Ana Lúcia Cabral

Campo Grande: Elton da Silva Paiva Valiente

Corumbá - Renilce Miranda Cebalho Barbosa

Coxim - Gleison Nunes Jardim

Dourados - Nátalli Macedo Rodrigues Falleiros

Jardim - Antônio de Freitas Neto

Nova Andradina - Denis Santiago da Costa

Naviraí - Wagner Antoniassi

Ponta Porã - Lígia Maria Maraschi da Silva Piletti

Três Lagoas - Douglas Francisquini Toledo

Diretora de Pesquisa, Extensão e Relações Institucionais

Campo Grande - Marilyn Aparecida Errobidart de Matos

Coordenadores(as) de Cursos

Aquidauana: Lorena Dariane da Silva Alencar

Campo Grande: Jocimara Paiva Grillo

Corumbá: Gilson Domingues Lima

Dourados: Aroldo Careaga

Jardim: Vinícius Bozzano Nunes

Nova Andradina: Matheus Vanzela



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

Naviraí: Jozil dos Santos
Ponta Porã: Roney Rojer Ortiz Garcia
Três Lagoas: Adilson Luiz da Silva

Comissão de elaboração do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Presidente

Geovano Moreira Chaves

Vice-presidente

André Luiz Motta da Silva

Membros(as):

Adilson Luiz da Silva

André Carvalho Baida

Débora Cristina Macorini Ocon de Almeida

Gilson Lima Domingos

Jocimara Paiva Grillo

Jozil dos Santos

Lorena Dariane da Silva Alencar

Matheus Vanzela

Rozana Carvalho Pereira

Vanir Garcia



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Janeiro / 2022



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

Rua Ceará, 972, Bairro Santa Fé – Campo Grande, MS – CEP: 79021-000
Telefone: (67) 3378-9501

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	10
2. OBJETIVOS.....	10
2.1 OBJETIVO GERAL.....	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
3. PÚBLICO ALVO.....	11
3.1. FORMA DE INGRESSO.....	11
3.2 NÚMERO DE VAGAS A SEREM OFERTADAS.....	11
4. JUSTIFICATIVA.....	11
4.1 FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA LEGAL.....	14
5. CARACTERÍSTICAS SÓCIO ECONÔMICAS DE MATO GROSSO DO SUL.....	15
6. O INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL.....	20
6.1 LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI.....	21
7. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	22
8. MATRIZ CURRICULAR.....	24
8.1 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA.....	24
8.2 EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS.....	25
9. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS.....	38
10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	42
11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	42
12. REPROVAÇÃO, REGIME DE DEPENDÊNCIA E TÉRMINO DO CURSO.....	45
12.1 DA REPROVAÇÃO.....	45
12.2 DO REGIME DOMICILIAR.....	46
12.3 DO TÉRMINO DO CURSO.....	48
13. EQUIPE DOCENTE E TÉCNICA DA ESPECIALIZAÇÃO.....	48
14. APOIO AO DISCENTE E POLÍTICAS DE INCLUSÃO.....	49
14.1 NÚCLEO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EDUCACIONAL (NUGED).....	49
14.2 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS (NAPNE).....	51



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

14.3 NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI)..	51
14.4 CENTRAL DE RELACIONAMENTO (CEREL).....	52
15.AVALIAÇÃO.....	52
15.1 AVALIAÇÃO DO CURSO.....	52
15.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	52
15.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	54
16.INFRAESTRUTURA DO CURSO.....	54
16.1 BIBLIOTECA E ACERVO.....	55
16.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	55
16.3 EQUIPE DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES DA ESPECIALIZAÇÃO.....	56
17.PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO DO CURSO.....	56
18.CERTIFICAÇÃO.....	57
19.REFERÊNCIAS.....	58



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

1. IDENTIFICAÇÃO

Denominação: **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica.**

Modalidade: Presencial, com possibilidade de 40% da carga horária na modalidade EaD.

Duração: 2 módulos ofertados em até 12 meses E 1 módulo para TCC.

Início do Programa: 2022.

Regime de ensino: Regular ou Modular

Regime de matrícula: Conforme o Regulamento da organização didático-pedagógica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e o Edital de Seleção.

Certificação conferida: **Especialista em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica.**

Vagas: Definido em edital, respeitando o máximo de 40 vagas.

Tempo de integralização máxima do curso: 24 meses.

Campi: Em qualquer um dos campi do IFMS, conforme definido em edital.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Contribuir com a formação e aperfeiçoamento docentes e profissionais dos ambientes educativos, para atuarem criticamente na educação a partir da ciência, tecnologia, trabalho e diversidade cultural.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- . Apresentar a importância do processo de ensino e aprendizagem a partir de projetos que integrem ensino, pesquisa e extensão;
- . Viabilizar o desenvolvimento de estratégias pedagógicas por meio de tecnologia da informação;
- . Assegurar a interdisciplinaridade no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

curricular;

- . Viabilizar a mediação pedagógica a partir de projetos e outras metodologias;
- . Promover a inclusão e diversidade nos espaços formais e não formais da educação;
- . Discutir os fundamentos norteadores da Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT);
- . Compreender a educação profissional no contexto histórico, social, político, econômico e cultural do Brasil;
- . Contribuir para consolidar a importância de se integrar a EPCT à educação básica na perspectiva do Ensino Médio Integrado (EMI).

3. PÚBLICO ALVO

Graduados(as) em diversas áreas que tenham interesse pela docência e atuação no âmbito da Educação Profissional e pretendam obter a certificação de Especialista em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT.

3.1 FORMA DE INGRESSO:

Processo seletivo conforme critérios estabelecidos em edital.

3.2 NÚMERO DE VAGAS A SEREM OFERTADAS:

Será definido em edital, respeitando o limite de 40 vagas por campi, destinadas a portadores(as) de diploma de graduação em qualquer área de formação.

4. JUSTIFICATIVA

O IFMS tem como propósito promover melhorias contínuas mediante oferta de cursos de aperfeiçoamento frequente na educação profissional, assim como também tem o intuito de interagir com as demandas produtivas locais, visando, sobretudo, formação educacional, profissional, científica e tecnológica.

Esta pós-graduação justifica-se por possibilitar a especialização com base em conteúdos pedagógicos, em nível lato sensu, aos(às) docentes e profissionais do IFMS, escolas técnicas, ambientes de ensino e público em geral interessado nas especificidades da educação profissional e tecnológica. A obtenção do nível de



especialista oportuniza uma atuação na educação profissional e áreas que dialogam com a mesma de modo a lidar com a complexidade da formação técnica e, assim, possibilitar uma melhor compreensão do contexto de formação profissional e tecnológica.

Além disso, a oferta do curso contribui para o cumprimento da Meta 16 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) que estabelece

[...] formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, a oferta do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pelo IFMS, visa a atender prioritariamente às demandas oriundas dos(as) profissionais que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, científica e tecnológica, assim como permite o diálogo com áreas afins.

Aos(as) servidores(as) do IFMS, docentes, que não possuem licenciatura, a Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica pode lhes atribuir a equivalência a licenciatura, conforme o inciso II do § 2º do artigo 53 do Capítulo XVII da Resolução CNE/CP n. 1/202, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio.

A escassa oferta de cursos regulares de formação de professores(as) em unidades curriculares especializadas e voltadas para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, não é capaz de sustentar a demanda de profissionais em busca de aprimoramento profissional para atuar nesse campo. Para contribuir com o atendimento a essa demanda, o IFMS propõe-se a realizar esta Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, fundamentada no

Capítulo XVII da Resolução CNE/CP n. 1/2021, com exceção do parágrafo III do § 2º do artigo 53 do Capítulo XVII e do artigo 54, que não se aplicam neste PPC.

A formação pedagógica para atuar na Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem também como foco suprir uma lacuna apontada nas pesquisas em educação e percebida no contexto educacional, que consiste na necessidade de melhor compreensão sobre os processos de ensino e aprendizagem, as especificidades da organização escolar e o papel dos(as) agentes formadores(as) no cenário da educação profissional.

Assim sendo, a oferta do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica – EPCT, também se justifica pela baixa oferta de cursos de especialização que contemplem as especificidades da educação profissional, científica e tecnológica. Destacamos que a maioria dos municípios que ofertarão o curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência para EPCT possuem universidades e faculdades que ofertam cursos de licenciatura em diferentes áreas, no entanto, nenhum curso é específico na área proposta. Assim sendo, a oferta deste curso pelo IFMS visa a atender a atual necessidade de aperfeiçoamento dos(as) profissionais que atuam ou pretendem atuar no âmbito da EPCT.

O processo formativo a ser realizado parte do princípio de que, para atuar nessas áreas da educação, é necessário desenvolver práticas pedagógicas que visem romper a dualidade entre formação clássica e formação para o trabalho; que objetive a formação de sujeitos emancipados, capazes de colocarem-se criticamente diante da realidade histórica, participando do desenvolvimento educacional nas dimensões público e privada.

Nessa perspectiva, o curso fundamenta-se na integração entre educação, trabalho, ciência, cultura e tecnologia, a fim de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam ou que venham a atuar no âmbito da educação profissional, sustentando-se nos princípios dialógicos e críticos para o exercício da prática educativa.

4.1 FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA LEGAL

A regulamentação que fundamenta a Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFMS é a seguinte:

- . Constituição Federal de 1988;
- . Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;
- . Lei nº 9795/99 - Que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- . Lei nº 10436/2002 - Que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- . Lei nº 10741/2003 - Que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;
- . Decreto nº 5626/2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o magistério, em nível médio e superior;
- . Lei nº 11.645/2008 - Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; Decreto nº 6949/2009 - Que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- . Resolução CNE/CEB nº4/2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;
- . Resolução CNE/CEB nº 6/2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. (Revogada pela Resolução CNE/CP nº1 de 5 de janeiro de 2021, em debate no ano de reestruturação deste PPC);
- . Lei nº 12764, de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- . Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências;
- . Lei nº 13146, de 6 julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- . Resolução nº2/2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;

. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 - Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

. Resolução CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018 – Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior;

. Resolução CNE/CP nº1 de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.; e

. Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós- Graduação Lato Sensu do IFMS e demais documentos institucionais, com exceção do parágrafo III do § 2º do artigo 53 do Capítulo XVII e do artigo 54, da Resolução CNE/CP nº1 de 5 de janeiro de 2021, que não se aplicam neste PPC.

5. CARACTERÍSTICAS SÓCIO ECONÔMICAS DE MATO GROSSO DO SUL

Mato Grosso do Sul constituía a parte meridional do então estado do Mato Grosso, do qual foi desmembrado por lei complementar de 11 de outubro de 1977 e instalado em 1º de janeiro de 1979. Entretanto, a história e a colonização da região, onde hoje está a unidade federativa, é bastante antiga, remontando ao período colonial anterior ao Tratado de Madri, em 1750, quando passou a integrar a coroa portuguesa.

Durante o século XVII, foram instaladas duas reduções jesuíticas, Santo Inácio de Caaguaçu e Santa Maria da Fé do Taré, entre os índios Guarani na região, então conhecida como Itatim. Uma parte do antigo estado estava localizada dentro da Amazônia Legal, cuja área, que antes ia até o Paralelo 16, estendeu-se mais para o sul, a fim de beneficiar com seus incentivos fiscais a nova unidade da federação. Historicamente vinculado à região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul teve na pecuária, na extração vegetal e mineral e na agricultura, as bases de um acelerado



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

desenvolvimento iniciado no século XX.

Em 1974, o governo federal, pela Lei Complementar nº 20, estabeleceu a legislação básica para a criação de novos Estados e territórios, reacendendo a campanha pela autonomia. No dia 11 de outubro de 1977, o presidente Geisel assinou a Lei Complementar nº 31, criando o Estado de Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande. Em 31 de março de 1978, o engenheiro Harry Amorim Costa foi nomeado Governador do Estado.

Assim, Mato Grosso do Sul foi constituído no final da década de 1970 com uma densidade demográfica média de 3,9 habitantes por quilômetro quadrado. Alguns municípios chegaram a ter mais de cinquenta habitantes por quilômetro quadrado, em contraste com o norte (atual Mato Grosso), praticamente vazio.

Duas razões essenciais foram invocadas pelo governo federal para justificar o desmembramento: o fato de ter o Estado do Mato Grosso uma área grande para comportar uma administração eficaz; e a diferenciação ecológica entre as duas áreas, sendo Mato Grosso do Sul uma região de campos, particularmente indicada para a agricultura e a pecuária, e Mato Grosso, na entrada da Amazônia, uma região significativamente menos habitada e explorada, e em grande parte coberta de florestas.

Mato Grosso do Sul é um dos estados da região Centro-Oeste do Brasil, possui uma área de 357.125km², composta por 4 mesorregiões e 11 microrregiões, que abrigam 79 municípios e 2.748.033 habitantes, segundo estimativa de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O estado faz divisa com o mais populoso centro consumidor e maior parque industrial da América Latina – São Paulo, Paraná e Minas Gerais – e os estados que detêm a maior produção de alimentos no Centro-Oeste, tendo como limites os estados de Goiás (nordeste), Minas Gerais (leste), Mato Grosso (norte), Paraná (sul) e São Paulo (sudeste), além da Bolívia (oeste) e do Paraguai (oeste e sul).

O estado é também um dos principais acessos ao Mercosul, fazendo fronteira com Bolívia e Paraguai, além de estar interligado por ferrovias, rodovias e através das hidrovias dos rios Paraná e Paraguai com a Argentina e o Uruguai. Por estar localizado no coração da América do Sul, Mato Grosso do Sul é o principal caminho das rotas



bioceânicas, que ligam a costa do oceano Atlântico à costa do oceano Pacífico (MATO GROSSO DO SUL, 2019a).



Figura 1: Localização de Mato Grosso do Sul

O Aquífero Guarani compõe parte do subsolo do estado, sendo o Mato Grosso do Sul detentor da maior porcentagem do Aquífero dentro do território brasileiro. Um dos elementos marcantes de sua cultura é a bebida típica tereré, sendo Mato Grosso do Sul o estado-símbolo dessa bebida e maior produtor de erva-mate da região Centro-Oeste. O uso desta bebida, derivada da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), nativa do Planalto Meridional do Brasil, é de origem pré-colombiana.

Mato Grosso do Sul é um estado com forte tradição agropecuária, que passou a viver, nas últimas décadas, importante movimento de industrialização. Nesse sentido, a principal atividade industrial do estado é a produção de gêneros alimentícios, seguida da transformação de minerais não-metálicos e da indústria de madeira.

O estado tem uma população de 2.839.188 habitantes em 2021, de acordo com projeção baseada no Censo de 2010. Com um Produto Interno Bruto – PIB de R\$ 106.969 bilhões em 2020 e um rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$ 1.488, Mato Grosso do Sul ocupa a 7ª posição entre as unidades federativas no que concerne a renda *per capita*.

A população de Mato Grosso do Sul é bem diversa, sendo bastante expressiva a presença da população indígena, na qual se destacam os Kaiowá e Guarani, os Terena, os Kadiwéu, os Guató e os Ofaié, sendo que os Kaiowá e Guarani e os Terena apresentam-se com o maior contingente populacional. Também há uma significativa presença de imigrantes paraguaios e bolivianos, sobretudo por conta da fronteira bi-nacional, assim como de população e descendentes de outros países, como japoneses, sírios, libaneses, entre outros Também há forte presença de migrantes de outros estados brasileiros.

Dados de 2017, posicionam Mato Grosso do Sul na faixa alta do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (entre 0,700 e 0,800), com 0,766. O Índice de Desenvolvimento Humano é composto por três grupos de indicadores (Saúde, Renda e Educação), que isolados, geram três subíndices importantes: O IDH Longevidade, o IDH Renda e o IDH Educação. O IDH Educação no Mato Grosso do Sul atingiu em 2017 o patamar de 0,61 tendo variações pouco significativas na série histórica. Entre os três subíndices o pior desempenho se encontra no campo da educação, o que coloca a questão educacional como prioritária, no que se relaciona às políticas públicas para o desenvolvimento humano.

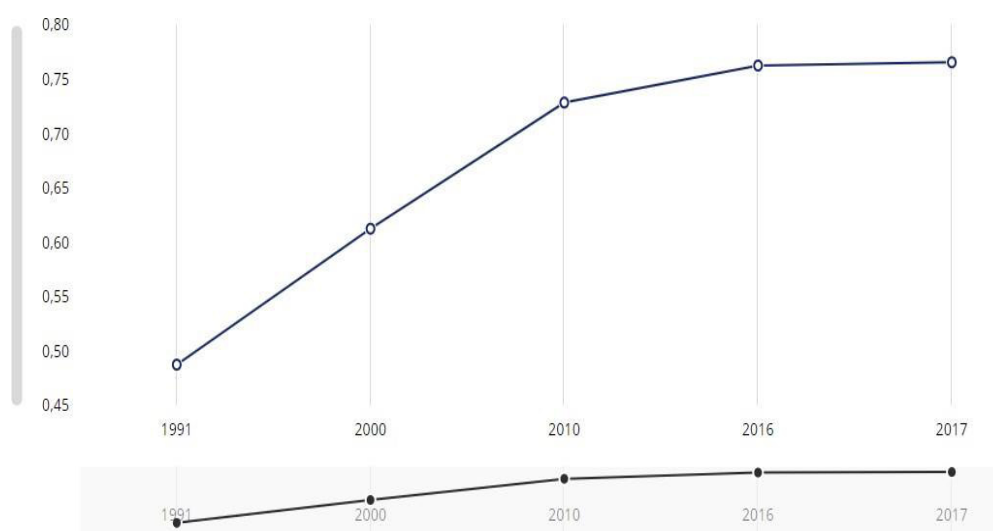


Figura 2: Série histórica do IDH no Mato Grosso do Sul - (fonte: PNAD 2017)

De acordo com dados do último censo (2010) o estado tem uma taxa de analfabetismo de 7,4%. Em levantamento realizado anualmente pelo INEP - Censo Escolar (2020) - a pesquisa contabilizou 39.069 docentes em todo o estado, entre esses, 8.062 profissionais do ensino médio. As escolas que ofertam ensino médio são 421, entre 2.698 estabelecimentos em todo Mato Grosso do Sul. O universo de matrículas no ensino básico em 2020 foi de 636.810 estudantes. O índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (2019), também promovido pelo INEP, registrou uma média de 5,7 pontos para os anos iniciais do ensino fundamental (5,5 pontos na rede pública e 7,3 pontos na rede privada). Nos anos finais do ensino fundamental a média foi de 4,8 pontos (4,6 na rede pública e 6,6 na rede privada). Já no ensino médio o desempenho médio foi de 4,2 pontos (4,1 na rede estadual e 6,1 na rede privada).

Alguns números da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar – PNAD (2020) do IBGE, demonstram a urgência da questão educacional no estado. Entre as pessoas de 25 anos ou mais de idade, 5% da população não têm instrução alguma, 36,1% tem ensino fundamental incompleto, 7,5% têm ensino fundamental concluído, enquanto 5,2% parou de estudar sem concluir o ensino médio.

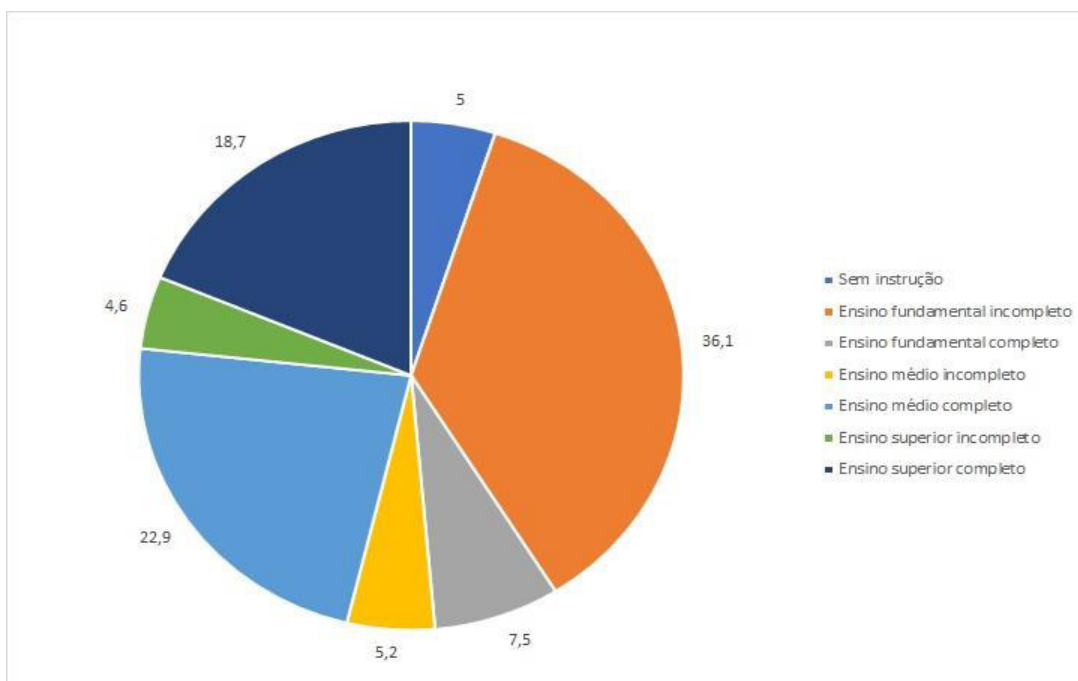


Figura 3: Nível de instrução das pessoas de 25 anos ou mais de idade (PNAD 2019)

Ainda de acordo com a PNAD (2019), o levantamento do tipo de atividade entre jovens de 15 a 29 anos de idade computou que a porcentagem de jovens que apenas estudava era de 24%, enquanto jovens que estudavam e estavam ocupados totalizavam 16,1% desse universo. No entanto, os jovens na categoria “só está ocupado” eram 41,6% desse grupo e os jovens que não estudavam e não estavam ocupados eram 18,3% dessa população.

Um dos indicadores da PNAD (2019) é a restrição do acesso à educação. Esse indicador agrupa cidadãos residentes em domicílios particulares permanentes, considerados com restrição a esse direito. Entre eles se encontram: (A) Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de idade que não frequentavam escolas, (B) Pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas e (C) Pessoas de 16 anos ou mais de idade que não possuíam ensino fundamental completo. Atualmente esse percentual da população sul-mato-grossense é de 27,4%.

6. O INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) integrou programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Ministério da Educação (MEC). A rede corresponde a 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet); 24 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.

De acordo com a legislação, os institutos federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com forte inserção na área de pesquisa aplicada e extensão. Possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, com estrutura de organização e funcionamento semelhantes.

O projeto de implantação do IFMS teve início em outubro de 2007, quando foi



sancionada a Lei nº11534, que dispõe sobre a criação das escolas técnicas e agrotécnicas federais. A partir desta lei, foi instituída a Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede na capital Campo Grande, ea Escola Agrotécnica Federal, de Nova Andradina. Em dezembro de 2008, o governo reestruturou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando 38 institutos federais pela Lei nº11892.

Surgiu assim o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, que integrou a escola técnica que seria implantada em Campo Grande e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina, que fazia parte do Projeto de Expansão da Rede Federal (Proep) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), mas que nunca chegou a funcionar. As duas unidades a serem implantadas passam a ser denominadas *Campus* Campo Grande e *Campus* Nova Andradina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul.

O novo projeto da Rede Federal incluiu ainda a implantação de outros cinco *campi* nos municípios de Aquidauana, Coxim, Corumbá, Ponta Porã e Três Lagoas, consolidando o caráter regional de atuação. Para sua implantação, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul contou com a tutoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), por meio das Portarias nº 1063 e nº 1069, de 13 de novembro de 2007, do Ministério da Educação, que atribuíram à UTFPR adotar todas as medidas necessárias para o funcionamento do IFMS.

Em fevereiro de 2011, sete unidades do IFMS entraram em funcionamento com a oferta de cursos técnicos, em sete municípios. Na terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foram implantadas mais três unidades, sendo uma em cada um dos municípios: Dourados, Jardim e Naviraí.

6.1 LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI DO IFMS

A reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul está situada na Rua Ceará, 972, Bairro Santa Fé – Campo Grande/MS – CEP: 79021-000. Os *campi* que oferecem o curso supracitado são:



- . *Campus* Aquidauana: Rua José Tadao Arima, 222, Bairro Ycaraí – Aquidauana/MS – CEP:79200-000;
- . *Campus* Campo Grande: Rua Taquari, 831, Bairro Santo Antônio – Campo Grande/MS – CEP:79100-510;
- . *Campus* Corumbá: Rua Pedro de Medeiros, s/n, Bairro Popular Velha – Corumbá/MS – CEP: CEP79310-110;
- . *Campus* Dourados: Rua Filinto Müller, nº 1.790, Jardim Canaã I – Dourados/MS – CEP: 79833-520;
- . *Campus* Jardim: Rodovia BR 060, s/nº, saída para Bela Vista – Jardim/MS – CEP: 79240-000;
- . *Campus* Naviraí: Rua Hilda, 203, Bairro Boa Vista – Naviraí/MS – CEP: 79950-000
- . *Campus* Nova Andradina: Rod. MS–473, km 23, s/n, Fazenda Santa Bárbara – Nova Andradina/MS – CEP: 79750-000;
- . *Campus* Ponta Porã: Rodovia BR-463, km 14, s/nº – Ponta Porã/MS – CEP: 79909-000;
- . *Campus* Três Lagoas: Rua Ângelo Melão, 790, Jardim das Paineiras – Três Lagoas/MS – CEP:79641-162.

7. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica é uma atividade formativa regular a ser desenvolvida, em função da demanda local e regional de cada *campus* do IFMS. A coordenação do curso de cada *campus* está vinculada, em nível institucional, a Direção responsável pelo curso no *campus* (DIRER, e nos *campi* que não houver DIRER, à DIREN), e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPI).

O curso será ofertado nos regimes de ensino modular, com oferta de disciplinas sequenciais conforme calendário pré-estabelecido, ou regular, dividido a matriz curricular em dois semestres. Ambos os regimes de ensino contam com a possibilidade de oferta de até 40% da carga horária total na modalidade de Educação



a Distância (EaD), conforme planejamento do *campus*. Os regimes de ensino serão compostos por unidades curriculares que expressam temáticas relevantes da educação profissional, científica e tecnológica brasileira, que visam à articulação entre teoria e prática numa perspectiva integradora do conhecimento. A prática da atividade docente está presente ao longo do curso em situações de problematização, reflexão e ação da realidade educacional, em especial das experiências produzidas pelos(as) próprios(as) estudantes.

A proposta da organização didático-pedagógica é pautada em metodologias variadas com foco na aprendizagem ativa dos(as) estudantes. Busca-se propiciar a articulação do ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, de modo a fomentar a conscientização, a transformação e a práxis do aprendiz em formação. Nas unidades curriculares do curso, esses três elementos são de grande importância, à medida que no processo, recomenda-se que o curso seja construído e reconstruído com base na pedagogia histórico-crítica de modo a contemplar os cinco passos do processo educativo sistematizados por Gasparin (2009): prática social inicial; problematização, instrumentalização, catarse, prática social final, em um ciclo capaz de possibilitar a reconfiguração das práticas pedagógicas na comunidade escolar onde o(a) docente cursista está inserido.

Nesse contexto, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são importantes, pois favorecem que os(as) estudantes tenham processos construtivos e interativos de conhecimento. As TICs serão usadas no curso como parte integrante do processo pedagógico, fomentando o trabalho em laboratórios de informática e o constante diálogo e interação com as ferramentas propiciadas por este campo do conhecimento.

O prazo para a integralização do curso é de 12 meses para conclusão de todas as disciplinas e 6 meses adicionais para o TCC, totalizando 18 meses. Em caso de justificativa apresentada à coordenação e aceita pelo colegiado do curso, tal prazo para integralização pode estender-se até o limite máximo de 24 meses. Caso o(a) estudante atinja o prazo máximo de 24 meses sem ter cumprido todas as exigências estabelecidas para a conclusão (ter sido aprovado em todas as unidades

curriculares e ter o TCC apresentado e aprovado), o(a) discente perderá o vínculo com o curso, sendo registrado pela Cerel o desligamento compulsório no sistema acadêmico.

8. MATRIZ CURRICULAR

MÓDULO I	MÓDULO II
Pesquisa em Educação Profissional	Abordagens do Ensino e da Aprendizagem na EPCT
Educação Especial e Inclusiva, Diversidade e Cultura	LIBRAS
Fundamentos Históricos-Filosóficos da Educação	Dimensões da Ciência e da Tecnologia para EPCT
Trabalho, Politecnia e Sociedade	Políticas, Gestão e Legislação da EPCT

8.1 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Módulo 1

Unidade Curricular	Carga horária (h)	Carga horária (h/a)
Pesquisa em Educação Profissional	45	60
Educação Inclusiva, Diversidade e Cultura	45	60
Fundamentos Históricos-Filosóficos da Educação	45	60
Trabalho, Politecnia e Sociedade	45	60



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

TOTAL	180	240
-------	-----	-----

Módulo 2

Unidade Curricular	Carga horária (h)	Carga horária (h/a)
Abordagens do Ensino e da Aprendizagem na EPCT	45	60
LIBRAS	45	60
Dimensões da Ciência e da Tecnologia para EPCT	45	60
Políticas, Gestão e Legislação da EPT	45	60
TOTAL	180	240

Trabalho de Conclusão de Curso	60 oras
--------------------------------	---------

8.2 EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

MÓDULO 1

UNIDADE CURRICULAR: Pesquisa em Educação Profissional	
Carga Horária: 45 horas	Carga Horária: 60 horas-aula



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

EMENTA:

Bases conceituais, teóricas e metodológicas da pesquisa em educação. Produção do conhecimento e as diferentes concepções metodológicas. O desenvolvimento científico e os paradigmas. O pesquisador como autor e sujeito da pesquisa. Pesquisa quantitativa, qualitativa e pesquisa-ação. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Aspectos éticos da pesquisa e a construção de uma postura analítico-crítica. Etapas e procedimentos iniciais na elaboração de projetos de pesquisa no campo da educação. Elaboração do TCC. Elaboração de artigo a partir do TCC. Organização do Projeto de Pesquisa do TCC em Seminário.

Bibliografia Básica:

- . GATTI, Bernadete A. **Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo**. Cad. Pesqui. [online]. 2001, n.113, pp. 65-81. ISSN 0100-1574. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=0100-1574&lng=en&nrm=isso
- . MILLS, W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. . THIOLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa Ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, Campinas: Autores Associados, 2005.

Bibliografia Complementar:

- . DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995. . .
- . FAZENDA, Ivani (org.) **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. **Novos Enfoques da Pesquisa Educacional**. São Paulo, Cortez, 1999.
- . GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6a. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- . KUHN, Thomas. **As Estruturas das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994
- . LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- . MINAYO, Maria Cecília de S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

UNIDADE CURRICULAR: Educação Inclusiva, Diversidade e Cultura	
Carga Horária: 45 horas	Carga Horária: 60 horas-aula
EMENTA: Fundamentos e políticas de Educação Especial e Inclusiva. Conceitos das deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades. Metodologias de ensino e Tecnologias assistivas: estratégias e forma de comunicação necessárias ao processo de ensino e aprendizagem na inclusão e diversidade. A diversidade de gênero na escola e os diversos conceitos existentes acerca da sexualidade humana. Educação das Relações Étnico-Raciais: a transversalidade e suas práticas. Cultura: identidade e manifestação dos diferentes povos brasileiros. Cotas na escola.	
Bibliografia Básica: . BEYER, H. O. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais . 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. . CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is” . Porto Alegre: Editora Mediação, 2010. . FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade de saber . Rio de Janeiro: Graal, 1999. . GOES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de. Políticas e práticas de educação inclusiva . Campinas: Autores Associados, 2007. . HERNAIZ, Ignacio (Org.). Educação na diversidade: experiências e desafios na educação intercultural bilíngue . 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009. . LINS, B. A. Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola . 1ª ed. — São Paulo: Editora Reviravolta, 2016. . MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015. . MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990) . 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2012. . PIMENTEL, Spensy. O índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas . São Paulo: Prumo, 2012.	



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

. RAIÇA, D (Org.); Sandim, A. S. de A. **Tecnologias para a educação inclusiva**. 1ª ed. São Paulo: Avercamp, 2008.

. RIBEIRO, Berta G. **O índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2014.

. SILVA, T. T.; Stuart, Hall, K. W.; **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

. VILHALVA, Shirley. **Índios surdos: mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso Sul**. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2012.

Legislação (Bibliografia básica):

. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

. BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, outubro de 1988.

. BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº. 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, dezembro de 1996.

. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC /SEESP, 2008.

. BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**.

. BRASIL. **Decreto nº. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília, 2011.

. BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO. **Documento final I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: SECADI, 2014.

. BRASIL. **Lei Federal 10.098**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: 2000.

. BRASIL. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002a**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

Brasil, Brasília, DF, 2002.

. BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, Lei da Inclusão da Pessoa com deficiência.**

Bibliografia Complementar:

. BARROS, J. S. O olhar docente frente à homossexualidade no contexto escolar. **Anais do II CONEDU Congresso Nacional.** Ed. Realize. 2015.

Disponível em:
https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_S A11_ID8256_07092015225856.pdf

. BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). **Cidadania, um processo em construção: minorias, justiça e direitos.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

. BRASIL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Justiça e Cidadania. **O racismo sutil por trás das palavras.** Brasília: 2020.

. CARVALHO, R. E. **Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

. GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão.** 7 Letras, 2004.

. NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

. PANZIERA, C.; FRAGA, L. C. de; CARVALHO, N. O. de. (Org.). **EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: diferentes olhares sobre a inclusão social.** 3ed. PORTO ALEGRE: Editora Universitária Metodista IPA, v. 3, p. 99-112, 2016.

. SILVA, T. T. da (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

. SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2011.

. REIS, T; EGGERT, E. **Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros.** Revista Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/?lang=pt>

. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Saberes e práticas da inclusão: Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Saberes e práticas da inclusão: Recomendações para a construção de escolas inclusivas**. Brasília: MEC. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf

UNIDADE CURRICULAR: Fundamentos Históricos-Filosóficos da Educação

Carga Horária: 45 horas

Carga Horária: 60 horas-aula

EMENTA:

Historicidade e teleologia da educação. Educação na antiguidade: escola, tempo livre e contemplação da verdade e da beleza. Educação no mundo medieval: Ascetismo e a educação teológica. A escola moderna: trabalho, formação (building) e cidadania. Teoria crítica da educação. Educação contemporânea: neoliberalismo, subjetivação e formação de capital humano. Ontologia da experiência e cuidado de si. Educação e emancipação.

Bibliografia Básica:

- . ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. In: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- . ADORNO, T. W. **Palavras e Sinais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995 (artigo: Tempo Livre)
- . AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- . AGOSTINHO, S. O Homem e o Tempo. In: **Confissões**. 10. ed. Porto: Livraria Apostolada da Imprensa, 1981.
- . ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- . ARIÈS, PHILIPPE. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- . DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- . FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Bibliografia Complementar:



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

- . GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- . GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo, SP: Ática, 1999.
- . HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.
- . JAEGER, W. **Paideia**: a formação do homem grego. Tradução de Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- . LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- . SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- . PELBART, Peter Pál. Biopolítica. **Sala Preta**, São Paulo, v. 7, p. 57-66, 2007. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66>.
- PRIORE, Mary del. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

UNIDADE CURRICULAR: Trabalho, Politecnicidade e Sociedade

Carga Horária: 45 horas

Carga Horária: 60 horas-aula

EMENTA:

A necessidade da rearticulação entre trabalho e educação na busca de uma formação humana integral/omnilateral. Trabalho, educação e sociedade capitalista. As metamorfoses no mundo do trabalho e as exigências formativas dos trabalhadores numa concepção emancipatória. O trabalho como princípio educativo. Trabalho simples e trabalho complexo. As relações e contradições entre educação acadêmica/escolar e o setor produtivo. Sociedade e capitalismo dependente no Brasil. O ensino médio integrado como travessia para a politecnicidade ou educação tecnológica. Juventude, escola e trabalho. Princípios e fundamentos da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Contexto histórico-político brasileiro em que o PROEJA foi originado. Sujeitos do PROEJA.

Bibliografia Básica:

- . BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: **Questões de**



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

. CAPUCHO, V. **Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

. FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M.; RAMOS, M. N. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores – excertos. In: COSTA, Hélio da e CONCEIÇÃO, Martinho. **Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. p. 63-71.

. HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

. LOPES, E.M. S. T. **Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII**. São Paulo: Loyola, 1981.

. SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 1989.

. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

. FRIGOTTO, Gaudêncio. **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe**. Revista Brasileira de Educação. v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

. GADOTTI, M. e Romão, J. E. (org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2000.

. JADILINO, J. R. L. e MAGNA, R. B. **A. Educação de jovens e adultos sujeitos: saberes e práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

. MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Revista Brasileira de Educação. v. 20, n. 63, p. 1057– 1080, 2015.

. OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

. SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

Bibliografia Complementar:

. CANÁRIO, R. **Educação de Jovens e Adultos: um campo e uma problemática**. Lisboa: Educa, 1999.



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

- . DUBET, François. **Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor.** Entrevista concedida a Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 222-231, 1997.
- . FRIGOTTO, G. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 11-27.
- . FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M.; RAMOS, M. N. (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- . LOPES, E. M. S. T. **Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVIII.** São Paulo: Loyola, 1981.
- . MANACORDA, M.A. Marx e a pedagogia moderna. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2010.
- . SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.
- . SPOSITO, Marília Pontes. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 87-128.
- . CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação.** v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014.
- . KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. **Anais. Reunião Científica Regional da ANPED – XI ANPED SUL.** Curitiba/PR, 2016. p. 1 – 22.
- . MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- . RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** 1ª ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.
- . RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.** Campinas/SP: Autores Associados, 1998.
- . XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil. A constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1930-1961).** Campinas, SP: Papirus, 1990.

MÓDULO 2

UNIDADE CURRICULAR: Abordagens do Ensino e da Aprendizagem na EPCT



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

Carga Horária: 45 horas

Carga Horária: 60 horas-aula

EMENTA:

Teorias da aprendizagem na EPCT. Aspectos do desenvolvimento humano e aprendizagem para Educação Profissional. Os processos de aprendizagem e desenvolvimento nos aspectos cognitivo, psicomotor, social e emocional afetivo. Desenvolvimento e aprendizagem. O espaço de aprendizagem e desenvolvimento. A construção de conhecimento e avaliação da aprendizagem. Abordagens teórico-metodológicas que embasam as diferentes práticas educativas. Compreensão da função da Didática como elemento organizador de fatores que influem no processo de ensino e aprendizagem e na elaboração do planejamento de ensino. Compreender e transformar o ensino. Como aprender e ensinar na EPCT?

Bibliografia Básica:

. MIZUKAMI, M, G. N. **Ensino: As abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

. PIKUNAS, Justin. **Desenvolvimento humano: uma ciência emergente**. 3ª Ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2004.

. VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo, Ícone, 2001 (capítulos 4, 5, 6 e 7).

Bibliografia Complementar:

. LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

. MIZUKAMI, M. das Graças Nicoletti. **Ensino: As Abordagens de Processo**. E.P.U. 1986.

. SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: Uma Reflexão Sobre a Prática**. 3 ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.

. SACRISTÁN, J. Gimeno. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

. VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

UNIDADE CURRICULAR: LIBRAS	
Carga Horária: 45 horas	Carga Horária: 60 horas-aula
<p>EMENTA:</p> <p>O sujeito Surdo: principais conceituações. História da Educação de surdos no Brasil e no mundo; Cultura e identidade surda; Língua, cultura e identidade surda; Literatura surda. Importância da língua de sinais na constituição do sujeito surdo; Organização linguística da Libras: fonética, fonologia, morfologia e sintaxe; A Língua Portuguesa como segunda língua. O tradutor e intérprete de Libras na educação. Emprego da Libras no contexto escolar: vocabulário básico e em diversas situações.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>. QUADROS, R. M. de. Educação de Surdos: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.</p> <p>GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>STUMPF, M. PERLIN, G. (Org.) Um olhar sobre nós surdos: leitura contemporânea. Curitiba: PR, CRV, 2012.</p> <p>LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Tenho um aluno surdo e agora? Introdução à libras e a educação de Surdos. EdUFSCar. São Carlos: SP. 2013.</p> <p>PEREIRA, Maria Cristina da Cunha Pereira; VIEIRA, Maria Inês; CHOI, Daniel; GASPAR, Priscilla e NAKASATO, Ricardo. LIBRAS: Conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>STROBEL, Lilian Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.</p> <p>ALBRES, N. de Aquino. Surdos & Inclusão Educacional. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2010.</p>	



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

UNIDADE CURRICULAR: Dimensões da Ciência e da Tecnologia para EPCT	
Carga Horária: 45 horas	Carga Horária: 60 horas-aula
<p>EMENTA:</p> <p>A era da ciência e da tecnologia. Cultura digital. Ciberespaço. Educação e comunicação. A revolução da tecnologia e a sociedade da informação. Panorama da Ciência e Tecnologia na educação. As dimensões que a ciência e a tecnologia têm assumido no contexto escolar. A transformação da educação e as TICs. Ambientes virtuais de aprendizagem e aplicativos no contexto escolar. Tecnologias interativas para a redução de distâncias na Educação</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ul style="list-style-type: none"> . CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2017. . FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. 63. ed. Rio de Janeiro: Terra & Paz, 2020 . LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999. . PIVA JÚNIOR, Dilermando. Sala de aula digital: uma introdução à cultura digital para educadores. São Paulo: Saraiva, c2014. . LIMA, L. de O. Mutações em educação segundo Mc Luhan. Rio de janeiro: Vozes, 1985. . OECD. Innovating Education and Educating for Innovation: The Power of Digital Technologies and Skills. OECD Publishing: Paris, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/9789264265097-en . TORI, Romero. Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. 2 ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017. . VIGOTSKI, Lev S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ul style="list-style-type: none"> . FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017 . MORAN, José Manoel; BEHRENS, Marilda Aparecida; MASETTO, Marcos T. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papyrus, 	



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

2013.

. MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018

. TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

. BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986. (Substituir)

. CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

. CITELLI, A. **Palavras, meios de comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

. FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

. FIGUEIREDO, V. **Produção social da tecnologia**. São Paulo: EPU, 1989.

UNIDADE CURRICULAR: Políticas, Gestão e Legislação da EPT

Carga Horária: 45 horas

Carga Horária: 60 horas-aula

EMENTA:

Política educacional e a atuação do Estado. Legislação educacional no Brasil, Organização da educação profissional. Avaliação externa. Reformas educacionais. Ética na Educação/Gestão.

Bibliografia Básica:

. LIBÂNEO, J.C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

. OLIVERIA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Thereza (orgs.). **Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades**. 2.ed. São Paulo: Xamã, 2007.

. SHIROMA, E. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000

Bibliografia Complementar:

. FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300023&lng=pt&nrm=iso

. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados**. Trab. educ. saúde, Rio de



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

Janeiro, v. 5, n. 3, nov. 2007.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462007000300011&lng=pt&nrm=iso

. MACEDO, Lenilda Cordeiro de. **Estado, Sociedade e Política Educacional Brasileira: uma possível análise**. Espaço do Currículo, v.4, nº 1 pp. 78 a 91 mar. e set. 2011.

Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/10545/5832>

. BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

. BRASIL. MEC. **Concepções e diretrizes dos institutos Federais**. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6691&Itemid=>. Acesso em 10 jun. 2016

. HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. **Políticas Educacionais em Tempos de Golpe: entrevista com Dermeval Saviani**. Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 144, p.779- 794, jul.-set., 2018. Disponível em

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302018000300779&script=sci_arttext

. COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, LACERDA, Eduardo Henrique. **Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: lei nº 13.415/2017**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1633-1652, out./dez. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n4/2175-6236-edreal-2175-623676506.pdf>

9. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Cada unidade curricular buscará oportunizar o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticas necessários ao exercício da docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio de múltiplas possibilidades e formas de participação dos(as) estudantes. O(a) estudante terá participação direta no processo de aprendizagem, realizando atividades pensadas na perspectiva de oportunizar experiências que evidenciem aspectos fundamentais da práxis do trabalho docente, pelo processo de síntese crítica dos conhecimentos e fundamentos teórico-práticos, exigidos e próprios ao exercício da docência na EPCT. Dessa forma,



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

as atividades desenvolvidas no curso serão realizadas em uma perspectiva baseada na concepção histórico-crítica de análise das relações entre teoria e prática ou por meio de outras concepções possíveis de abordagens no tocante a Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em alguns casos, a unidade curricular poderá ser ministrada

por até dois(duas) docentes, desde que apresentem perfil de pesquisas alinhadas e com a anuência da Direção responsável pela Pós-graduação Lato Sensu no campus.

A pesquisa será recurso basilar, diante da formação docente proposta pelo curso, ao possibilitar o fortalecimento da fundamentação teórica e da experiência prática. Nesse sentido, os conhecimentos e experiências serão compartilhados, refletidos e ressignificados a partir da concepção histórico-crítica ou de outras possibilidades teóricas relacionadas a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, possibilitando, assim, os processos de síntese, análise e síntese dos conhecimentos teóricos- práticos.

Dentro dessa perspectiva da construção do conhecimento, serão desenvolvidas estratégias variadas como: trabalhos em grupo, estudos de caso, apresentação de temas específicos, relatos de experiências, seminários, painéis. Instrumentos de leituras para organização do material estudado também serão considerados, tais como portfólios, fichamentos, resumos, resenhas e memoriais. Outras estratégias e instrumentos poderão ser utilizados de acordo com o plano de ensino de cada unidade curricular.

Dentre estas estratégias está a metodologia de ensino apoiada na utilização de múltiplos meios e nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Cada multimídia tem sua especificidade e pode contribuir para se atingir determinados níveis de aprendizagem com maior grau de facilidade e atender à diversidade e heterogeneidade do público-alvo. É necessário, portanto, lançar mão de alguns procedimentos para que o(a) estudante tenha as condições adequadas para ser inserido no contexto educacional, tais como: organização clara da proposta da disciplina em um plano de ensino, com objetivos, estratégias de ensino, recursos a serem utilizados, propostas de acompanhamento e verificação da aprendizagem,



com previsões de datas e outros itens, conforme orienta regulamento didático-pedagógico institucional; utilização das tecnologias da informação e educacionais que tenham relação com a proposta do curso e que viabilizem o pleno êxito do processo de ensino e aprendizagem; vivência no ambiente e mundo do trabalho para o qual o(a) aluno(a) está sendo formado através de visitas técnicas, palestras e envolvimento na elaboração e desenvolvimento de projetos no âmbito do IFMS ou por meio de parcerias com outras instituições.

Da mesma forma, os meios disponibilizados pela Educação a Distância poderão ser utilizados como metodologia de ensino durante o curso, podendo ser parte de unidades curriculares presenciais ou em unidades curriculares completas. Nestes casos, deverá ser elaborado Plano de Ensino e materiais específicos, de maneira a alcançar os objetivos da U.C. por meio dessa metodologia. Salienta-se que a carga horária total em EaD no curso não pode ultrapassar os 40%. O(a) estudante deverá realizar estudos e atividades previstos no material de cada unidade curricular, disponibilizando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) disponibilizado pelo(a) docente, visando garantir o desenvolvimento dos conhecimentos preconizados na proposta de formação na área.

No AVEA, o(a) estudante terá acesso ao conteúdo produzido pelo(a) professor(a) da unidade curricular, sendo este(a) também formador(a) e mediador(a), que irá auxiliá-lo(a) durante o desenvolvimento das unidades curriculares, com o acompanhamento das atividades e materiais para estudos disponibilizados no AVEA, entre outros recursos disponíveis.

Nos momentos a distância, os(as) estudantes realizarão estudos sobre os assuntos específicos e as atividades pedagógicas previstas para cada área de conhecimento de acordo com o cronograma disponibilizado.

O curso disponibilizará diferentes formas de comunicação entre estudantes e professores(as) ao longo do processo. Para o desenvolvimento das aulas a distância será utilizada a plataforma Moodle como Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), permitindo a integração dos conteúdos disponibilizados, abarcando as seguintes ferramentas:



Fórum de Discussão: ferramenta do AVEA que propiciará a interatividade entre estudante-estudante e estudante e professores, oferecendo mais condições aos participantes para se conhecerem, trocar experiências e debaterem temas pertinentes. Neste espaço, os estudantes poderão elaborar e expor suas ideias e opiniões, possibilitando as intervenções dos(as) professores(as) e dos(as) colegas com o intuito de aprofundar a reflexão e afinação do trabalho em desenvolvimento, visando à formalização de conceitos, bem como à construção do conhecimento.

Bate-papo (chat): este recurso possibilitará oportunidades de interação em tempo real entre os(as) participantes, tornando-se criativo e construído coletivamente, podendo gerar ideias e temas para serem estudados e aprofundados. No decorrer do curso, pretende-se realizar reuniões virtuais por meio desta ferramenta, com o intuito de diagnosticar as dificuldades e inquietações durante o desenvolvimento das atividades. Neste instante, além de esclarecer as dúvidas, caberá aos(as) professores(as) levar os(as) estudantes a diferentes formas de reflexão.

Material Complementar: por meio destes materiais o(a) aluno(a) pode consultar para complementar o conteúdo estudado. Tais materiais poderão ser apresentados nos seguintes formatos: artigos, revistas, filmes, websites e outros.

Mensagens: Recurso indicado para a circulação de mensagens privadas, definição de cronogramas e transmissão de arquivos anexados e mensagens.

Cronograma de Curso: todas as atividades propostas serão disponibilizadas nesta seção da plataforma do curso. Este recurso contribui para que o(a) estudante possa manter-se em sintonia com as atividades que serão realizadas durante todo o processo de formação. Dessa forma, será possível a realização das atividades em momentos agendados ou de livre escolha dos(as) participantes.

Videoaula: possibilita ao(à) estudante visualizar o conteúdo em audiovisual, seja por uma aula de um(a) professor(a), depoimento de um(a) profissional da área ou ainda uma demonstração de técnica. A videoaula permite um enriquecimento do conteúdo do curso.

Além dos mecanismos de comunicação descritos acima, os(as)



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

professores(as) poderão utilizar quaisquer outras ferramentas disponíveis e que tenham competência técnica para seu uso. Utilizarão também os recursos existentes nos polos e nos campi do IFMS, bem como da instituição parceira (Iagro).

Entre os materiais pedagógicos disponíveis, destacam-se:

Apostilas didáticas e E-books em PDF, disponibilizadas via plataforma Moodle;
Articulação e complementaridade dos materiais didáticos, materiais audiovisuais ou materiais para Internet (Web);

AVEA - Moodle;

Materiais educacionais complementares disponibilizados na plataforma.

Os materiais didáticos devem traduzir os objetivos do curso, abordar os conteúdos expressos nas ementas e levar os(as) estudantes a alcançarem os resultados esperados em termos de conhecimentos, habilidades e atitudes.

As atividades de tutoria serão desenvolvidas pelos(as) docentes de cada unidade curricular, buscando proporcionar o melhor aproveitamento das ferramentas de tecnologia da informação e comunicação pelos educandos, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem.

10. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Como atividades complementares, o Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica poderá contar, mediante convite, com a participação, em suas atividades, do NEABI (Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas), do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidade Educacionais Específicas) e dos outros cursos superiores e de Ensino Médio que integram o conjunto do IFMS. Também é sugerido a participação dos(as) docentes e discentes do curso nos eventos promovidos pela instituição, principalmente os seminários que se relacionam com a Pós-graduação. Também por meio da organização de atividades, palestras e eventos, entre outros, as atividades do curso poderão ser complementadas.

11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser produzido no formato de texto, na estrutura de artigo científico, conforme as normas técnicas exigidas pelo IFMS, fruto de um projeto de pesquisa, prioritariamente, aplicado e vinculado a uma intervenção participativa ou inserção teórica inovadora no âmbito da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no intuito de contribuir com a interdisciplinaridade como método, a pesquisa como princípio pedagógico e o trabalho como princípio educativo.

A intervenção participativa deve se dar mediante a aplicação de teorias, conceitos e ideias que devem levar em consideração o trabalho como princípio educativo e serem apreendidas ou elaboradas mediante a integralização das disciplinas do curso, e/ou em diálogo com as temáticas apresentadas por meio das disciplinas, de modo que, a partir do aprendizado adquirido no curso e/ou em diálogo com o mesmo, se possa aplicar, em uma dada realidade pedagógica ou social, um trabalho de intervenção participativa que tenha relação com a Educação Profissional, Científica e Tecnológica, entendidas ciência e tecnologia em seu sentido amplo no âmbito da EPCT. A perspectiva de intervenção participativa é ampla conforme a abrangência da EPCT, podendo se dar por vários percursos teóricos e metodológicos, porém, sem desvirtuar do sentido do curso e de uma abordagem por meio de uma ação que deve ser inserida e experimentada em uma dada realidade pedagógica ou social, gerando um resultado prático na área de abrangência da EPCT, que deve ser comunicado como trabalho de conclusão de curso, em formato de artigo.

A inserção teórica inovadora consiste na produção por parte do(a) discente de novas teorias, de novas propostas metodológicas ou de críticas fundamentadas que gerem novas perspectivas no âmbito da EPCT. Sabe-se que a discussão teórica e metodológica no interior da EPCT é ampla, dinâmica e constante, e neste sentido, o(a) discente encontra espaço para se inserir no debate que tange a EPCT de forma inovadora, apresentando ideias novas, práticas novas, metodologias novas, entre várias outras possibilidades de inovação, assim como críticas a teorias, metodologias, conceitos e ideias já consolidadas de modo a apresentar soluções para as críticas



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

que forem formuladas. Não é objetivo da inserção teórica inovadora reproduzir meramente um debate teórico e/ou metodológico a respeito de noções, conceitos, ideias, entre outras, já consagradas no interior da bibliografia sobre EPCT. O objetivo do texto de TCC produzido sob a perspectiva da inserção teórica inovadora deve ser justamente o de se inserir no debate, apontando concordâncias e discordâncias, tensionando e corroborando ideias, de modo a apresentar algo e abrir novas perspectivas de análise ou novas percepções sobre a EPCT.

Para tanto, os(as) estudantes precisarão refletir sobre as teorias estudadas durante o curso relacionando-as às práticas vivenciadas no contexto de EPCT. Essas reflexões sobre a realidade social e pedagógica devem se dar sob a luz das teorias e metodologias e serão desenvolvidas ao longo dos dois módulos de estudo. O ideal é que o(a) discente formule um projeto de TCC no primeiro módulo durante a disciplina Pesquisa em EPCT e o desenvolva no segundo módulo, principalmente, mediante apoio do seu/sua orientador(a). Os(as) docentes do curso devem estimular os(as) discentes no desenvolvimento de ideias e materialização de um projeto de TCC, e a possibilidade de uma pré-banca colaborativa ao TCC é recomendada e pode ser definida junto ao colegiado de curso.

As pesquisas de TCC que envolvem pesquisas com seres humanos devem seguir o disposto pelo Comitê de Ética do IFMS.

Recomenda-se que os TCCs em formato de artigo científico sejam enviados para publicação em revistas acadêmicas ou científicas ou anais de eventos científicos.

O(a) orientador(a) poderá participar como co-autor(a) do artigo científico desenvolvido pelo(a) discente.

Sugere-se também que o(a) discente apresente seu trabalho em forma de comunicação oral em pelo menos um evento científico.

Tendo em vista que a escrita do TCC exigirá do(a) discente o desenvolvimento de competência argumentativa e, principalmente, proficiência linguística referente ao gênero científico, é importante que o(a) docente da disciplina Pesquisa em EPCT oriente o(a) discente neste sentido. Como requisito para conclusão da disciplina

Pesquisa em EPCT, deverá ser entregue o pré-projeto de pesquisa do TCC.

As orientações para escolha do(a) professor(a)-orientador(a) são definidas pelo Regulamento de Organização Didático-Pedagógica para os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFMS.

É permitido a co-orientação por meio de servidores(as) externos à instituição, desde que com o aceite do(a) orientador(a) e do colegiado do curso.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão avaliados por uma banca formada por, no mínimo, três (3) professores(as), sendo: o(a) professor(a)-orientador(a) (presidente), e os(as) demais convidados(as) pelo(a) orientando(a), em acordo com o(a) orientador(a). É de responsabilidade do(a) professor(a)-orientador(a), em diálogo com a Coordenação do curso, agendar a data de apresentação de cada Trabalho de Conclusão do Curso.

O(a) estudante transferido(a) entre *campi* do IFMS poderá manter vínculo com o(a) orientador(a) da unidade de origem desde que autorizado(a) pela Coordenação de Curso.

O TCC dessa especialização seguirá as orientações constantes neste PPC e no Regulamento de Organização Didático-Pedagógica para os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFMS, sendo que este último prevalece sobre o primeiro em caso de dúvida.

Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado de Curso, que sempre que necessário, poderá recorrer a Diretoria de Pós-graduação do IFMS.

12. REPROVAÇÃO, REGIME DOMICILIAR E TÉRMINO DO CURSO

12.1 DA REPROVAÇÃO

Será considerado reprovado(a) na unidade curricular, o(a) estudante que não obtiver média igual ou superior a 6,0 e ou não possuir frequência mínima de 75% da carga horária da unidade curricular.

Aos(às) estudantes reprovados(as) por nota, (que obtiverem média mínima igual ou inferior a 5,9), e com frequência igual ou superior a 75% da carga horária da



unidade curricular, poderá ser aplicado o Regime Especial de Dependência - RED, caso haja concordância do(a) docente da disciplina. O(a) estudante não poderá solicitar matrícula em RED em unidade curricular que tenha sido reprovado mais de uma vez. O(a) estudante não poderá solicitar matrícula em RED após o prazo final para integralização do curso (24 meses).

Caberá ao(a) docente da unidade curricular, considerando as suas características e o processo de avaliação previsto em seu Plano de Ensino, emitir parecer sobre a viabilidade da aplicação do RED, conforme orientação do Colegiado do Curso.

O regime especial de dependência consiste no desenvolvimento das atividades avaliativas pelo(a) estudante reprovado(a) de acordo com cronograma estabelecido pelo(a) docente da unidade curricular, não sendo obrigatória a frequência nas aulas.

Os(as) estudantes reprovados por falta, não terão direito ao regime especial de dependência, necessitando matricular-se novamente nas unidades curriculares e frequentar regularmente a unidade curricular em que foi reprovado, dentro do prazo limite para integralização do curso de 24 meses.

O oferecimento das unidades curriculares que possuem estudantes com dependência está condicionado à nova oferta do curso.

Será desligado(a) do curso, compulsoriamente, o(a) estudante que for reprovado(a) em todas as unidades curriculares presentes no primeiro módulo.

12.2 DO REGIME DOMICILIAR

O Regime de Exercício Domiciliar é uma condição legal dada ao(a) estudante pelo Decreto-Lei nº 1.044/69, no caso de situações de saúde, e pela Lei nº 6.202/75, no caso de licença maternidade. O Regime de Exercício Domiciliar - RD é a atividade acadêmica executada pelo(a) estudante, regularmente matriculado(a), em domicílio ou ambiente hospitalar, como compensação de ausência às aulas, com acompanhamento por parte do IFMS.

São condições necessárias para que o(a) estudante seja submetido ao



Regime de Exercício Domiciliar:

- apresentação de requerimento padrão, disponível na Central de Relacionamento - Cerel, preenchido pelo estudante e protocolizado na Cerel no prazo máximo de até 5(cinco) dias úteis contados a partir do início da data do afastamento; e

- atestado médico, em via original, com especificação acerca da natureza do impedimento, conforme situações previstas no art. 5º, alíneas a ou b, devendo constar o período de afastamento, especificando o início e o término provável, além do código da Classificação Internacional de Doenças (CID), quando pertinente; e

Não serão aceitas solicitações fora do prazo ou com documentação incompleta, salvo em casos excepcionais, que serão analisados pela Direção de Ensino do campus.

Caso o período de afastamento previsto no atestado seja ampliado pelo profissional de saúde competente, o(a) estudante deverá apresentar um novo atestado, antes do término do período previsto inicialmente, com a informação sobre o novo término provável do afastamento.

Não será concedido o Regime de Exercício Domiciliar para conclusão do Trabalho de Conclusão de Curso.

É vedado ao(a) estudante em Regime de Exercício Domiciliar voltar às atividades escolares sem que o pedido de suspensão tratado no item II tenha sido deferido.

O(a) estudante que não obtiver aproveitamento em pelo menos 75% das atividades definidas pelos(as) docentes terá seu Regime de Exercício Domiciliar cancelado e, conseqüentemente, a compensação de ausências prevista será desconsiderada.

Será assegurado ao(à) estudante, caso seja necessário, visita domiciliar de servidor(a) do IFMS para o amparo durante o período de Regime de Exercício Domiciliar com o objetivo de verificar a viabilidade da realização das atividades propostas durante este período.



12.3 DO TÉRMINO DO CURSO

O período regular de término das unidades curriculares dos módulos é de dois (2) semestres letivos, acrescido de mais um (1) semestre para escrita de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) se necessário, totalizando quatrocentos e vinte (420) horas de estudo distribuídas em três (3) semestres, o que equivale a 18 meses de estudo regular.

Caso o(a) estudante não consiga aprovação nas disciplinas e no TCC no período de 18 meses, este(a) poderá pedir prorrogação do curso por mais seis meses, sendo necessária a matrícula a cada semestre letivo. O que significa que o(a) estudante tem um prazo máximo, improrrogável, de dois anos (24 meses) para término do curso, a contar da data de ingresso no processo seletivo e matrícula inicial. Vencido esse prazo, o(a) estudante perderá o vínculo com o curso e com a instituição.

O término do cumprimento da matriz curricular está condicionado à entrega e aceite do TCC à coordenação do curso, mediante ateste de que todas as disciplinas do curso foram finalizadas, e o término do curso está condicionado à entrega da versão final do TCC à coordenação do curso.

O(a) discente, caso reprovado(a) no TCC, poderá solicitar somente uma nova oportunidade de defesa do TCC. Em caso de nova reprovação, será desligado do curso.

No caso de estudantes com necessidades educacionais específicas que impliquem limitações da sua capacidade de aprendizagem, os prazos máximos de integralização poderão ser estendidos, mediante requerimento e documentos comprobatórios.

13. EQUIPE DOCENTE E TÉCNICA DA ESPECIALIZAÇÃO

Para atuar como docente no curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do IFMS, o(a) docente deve ter formação comprovada na área de abrangência do curso e deve ser



licenciado(a), podendo a atuação docente se dar em outros campi do IFMS que não o campus de lotação, respeitando o limite para disciplinas em EaD e a disposição orçamentária do campus, assim como parecer favorável da Direção Geral do campus de origem do curso e do campus de lotação do(a) docente.

A seleção do corpo docente será feita pela coordenação, juntamente à direção à qual o curso está vinculado, por meio de análise do currículo, podendo ser feita entrevistas com os(as) docentes que pretendem atuar no curso.

A atuação de docentes voluntários no curso dar-se-á de acordo com o disposto no Regulamento de atuação do Professor Voluntário no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul.

A Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica é ofertada de forma sistêmica nos *campi* do IFMS, contando com docentes responsáveis pelas unidades curriculares. Caso o *campus* tenha dificuldade em garantir a oferta de todas unidades curriculares por docentes licenciados do quadro de servidores(as) do IFMS, o colegiado do curso poderá convidar professores(as) voluntários(as) para atuar diretamente na especialização, de forma a garantir ao(à) estudante o direito de conclusão do curso no tempo previsto por esse PPC.

Os critérios para orientação de TCC devem seguir o disposto no capítulo 11 deste PPC e no Regulamento de Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFMS.

14.APOIO AO DISCENTE E POLÍTICAS DE INCLUSÃO

14.1 NÚCLEO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL (NUGED)

O Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional (NUGED) é um núcleo subordinado à Direção Geral (DIRGE) do campus, responsável pela assessoria técnica especializada. O NUGED é composto por uma equipe multidisciplinar que tem como objetivo principal implementar ações que promovam o desenvolvimento escolar e institucional com eficiência, eficácia e efetividade, dando apoio,



principalmente, ao processo de ensino e aprendizagem dos(as) estudantes.

No atendimento às demandas institucionais de acordo com as atribuições específicas de cada servidor(a) que compõe o Núcleo, acompanhando os(as) estudantes e docentes na identificação de dificuldades tais como, por exemplo, os aspectos biopsicossociais que possam interferir no desenvolvimento pessoal e institucional, entre outras.

A Equipe Pedagógica, formada por pedagogas(os) e Técnicas(os) em Assuntos Educacionais que estão relacionadas à formação continuada, promoção e divulgação de atividades pedagógicas, análise dos resultados da avaliação do(a) docente pelo(a) estudante, orientação na implementação de ações de melhoria dos processos e das práticas docentes, visando aperfeiçoamento do processo de ensino e de aprendizagem. A Equipe Pedagógica também coordena as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo.

A Política de Assistência Estudantil implementada pela(o) assistente social, tem como objetivo, por meio da disponibilização de auxílios, incentivar o(a) estudante em sua formação educacional e reduzir os índices de evasão escolar decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica, permitindo sua permanência na instituição.

O Atendimento Psicossocial realizado pela(o) psicóloga(o), permite o monitoramento da comunidade escolar visando conhecer as dificuldades inerentes ao processo educativo, assim como os aspectos biopsicossociais que impactam na aprendizagem. Além disso, o(a) psicólogo(a) orienta, encaminha e acompanha estudantes visando a resolução dos problemas observados. Tem um papel de suma importância nas atividades e projetos visando prevenir, identificar e resolver problemas psicossociais que possam prejudicar o desenvolvimento das potencialidades da comunidade escolar. A Assistência à Saúde tem a(o) enfermeira(o), que é responsável pelo atendimento estudantil, de forma individual e coletiva, com ênfase em ações preventivas. Deve oferecer suporte para assistência de urgências, realizar procedimentos de enfermagem e encaminhamentos para a rede de saúde.



14.2 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS (NAPNE)

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) possui natureza consultiva e executiva que tem por finalidade definir normas de inclusão a serem praticadas, promover a cultura de convivência, respeito à diferença e buscar a superação de barreiras na acessibilidade tanto arquitetônicas como atitudinais, de modo a garantir democraticamente a prática da inclusão social como uma diretriz da instituição.

O núcleo visa à implantação de ações de educação inclusiva, auxiliando na aprendizagem do(a) estudante e na garantia do acesso, permanência e êxito na Instituição. Para isso realiza o trabalho de captação de agentes formadores para orientação aos(as) docentes e atendimento às famílias para encaminhamentos, quando necessário. O atendimento é realizado quando é identificada a necessidade, seja por descrição no ato da matrícula, demanda espontânea ou encaminhamento docente.

14.3 NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO E INDÍGENA (NEABI)

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) possui natureza propositiva e consultiva voltada para o direcionamento de estudos, pesquisas e extensão que promovam a reflexão sobre as questões étnico-raciais.

Sua formação apresenta representantes técnico-administrativos, docentes, discentes e da comunidade externa. Tem por finalidade contribuir, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa, na implementação da Lei nº 11.645/2008 que institui a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, e fortalecimento da Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial.

Dentre os objetivos deste Núcleo, está o estímulo ao desenvolvimento de ações educativas que divulguem a influência e a importância da cultura negra e indígena na formação do povo brasileiro e suas repercussões no âmbito do país, do estado, da região e do município e de ações de integração dos(as) estudantes do IFMS e de



escolas das redes pública e privada em comunidades negras rurais, quilombolas, comunidades e aldeias indígenas urbanas e em terras indígenas, com o intuito de realização de atividades voltadas para as questões étnico-raciais envolvendo negros(as) e indígenas.

14.4 CENTRAL DE RELACIONAMENTO (CEREL)

A Central de Relacionamento (Cerel) é um órgão de apoio às atividades de ensino e está subordinada à Coordenação de Gestão Acadêmica. Tem por atribuição operacionalizar os atos relacionados ao registro acadêmico dos(as) estudantes, desde o momento em que ingressam na instituição até a conclusão do curso.

15 AVALIAÇÃO

15.1 AVALIAÇÃO DO CURSO

A Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica conta com um processo de avaliação interna que visa gerar informações que sirvam para melhorar a qualidade do curso. Esse processo será subsidiado pela Avaliação do Docente pelo Discente (ADD) pela autoavaliação institucional, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Os(as) estudantes devem avaliar aspectos como clima organizacional, processo ensino-aprendizagem, metodologia de ensino, relação discente- docente, infraestrutura (física e/ou plataformas de ensino online), acompanhamento da coordenação, orientação de professores e direção.

A Avaliação do(a) Docente pelo(a) Discente (ADD) ocorre semestralmente, através de questionário on-line e permite que o(a) estudante avalie os(as) docentes de cada unidade curricular que estão atuando naquele semestre. Busca levantar um diagnóstico das práticas pedagógicas, domínio de conteúdo e comprometimento institucional, possibilitando o planejamento e implementação de ações que possam suprir possíveis fragilidades e consolidar pontos fortes do ensino.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e tem como objetivo entender e identificar a



demanda local para que melhorias de qualidade da educação e expansão possam ser realizadas, além do aumento permanente da eficácia nos âmbitos acadêmicos e social.

A comissão também procura contribuir com atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão.

15.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A verificação da aprendizagem escolar será realizada por unidade curricular e o(a) docente terá autonomia para escolher os instrumentos e métodos de avaliação, sendo aconselhável dar prioridade à avaliação formativa e processual. Sugere-se a avaliação por pares e a autoavaliação como práticas avaliativas. É importante lembrar que além da avaliação formativa, que busca construir competências, o(a) docente também poderá fazer a avaliação diagnóstica, que considera as competências já adquiridas pelos(as) estudantes, e somativas, que diagnosticam se os graus formativos propostos pela unidade curricular foram alcançados.

No intuito de auxiliar na construção das demonstrações de conhecimentos adquiridos em cada etapa de estudo, sugere-se pelo menos uma avaliação integrada, ou seja, um instrumento avaliativo de duas ou mais disciplinas do mesmo módulo, garantindo assim a interdisciplinaridade curricular. Sugere-se a prática de seminários integradores ou trabalhos interdisciplinares, entre outras estratégias nesta linha de atuação.

Para garantir o rigor científico do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), orienta-se a organização de bancas de avaliação do projeto de pesquisa do TCC, permitindo assim momentos de debate, sugestões e trocas entre estudantes e professores(as) pesquisadores(as). Sugere-se que sejam realizados seminários internos para apresentação dos projetos de pesquisa durante a disciplina Pesquisa em Educação Profissional. É recomendável que a banca de defesa do TCC ocorra durante o III semestre do curso.

Será considerado aprovado na disciplina o(a) estudante que obtiver nota igual ou superior a nota 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75%.

Quanto a avaliação do trabalho de conclusão de curso (TCC), a banca deve



estabelecer nota conforme o seguinte critério:

(9 a 10) - Aprovado;

(6 a 8) - Aprovado, com ressalvas;

(0 a 5) - Reprovado.

A realização de recuperação paralela da nota e da aprendizagem fica a critério do(a) docente.

15.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento nas disciplinas será avaliado a critério do(a) docente, e de acordo com as características de cada unidade curricular, respeitando-se o estabelecido no projeto do Curso. O aproveitamento do(a) estudante, em cada unidade curricular, será expresso por notas de 0 (zero) a 10 (dez), admitindo-se duas casas decimais.

O aproveitamento também será atribuído quando as atividades realizadas em outra Instituição de Ensino forem convalidadas pelo Colegiado do Curso, observado o calendário acadêmico. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso com apoio da diretoria responsável pela pós-graduação no campus.

Considera-se aproveitamento de estudos a equivalência de disciplina(s) já cursada(s) anteriormente pelo estudante, no nível de lato sensu ou stricto sensu com disciplina(s) da Estrutura Curricular do Curso com no mínimo 70% de similaridade de conteúdo e carga horária igual ou superior, sendo submetido à análise do(a) Coordenador(a) do Curso e, em seguida, homologada pelo Colegiado do Curso.

Entende-se por disciplina já cursada aquela em que o estudante logrou aprovação. É permitido o aproveitamento de estudos de disciplina(s) cursada(s) em Curso de Pós-graduação em outra(s) Instituição de Ensino Superior (IES), desde que não ultrapasse 30% (trinta por cento) do total de horas do Curso.

Para cursos similares internos do IFMS, não há limite para aproveitamento de estudos de disciplina(s) cursada(s) em Curso de Pós-graduação. Por curso similar entende-se cursos ofertados com equivalência de no mínimo 80% da Matriz Curricular.



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul

O aproveitamento de estudos tratado no caput deste artigo, somente poderá ser feito quando as disciplinas tiverem sido cursadas nos últimos 04 (quatro) anos.

16 INFRAESTRUTURA DO CURSO

As aulas serão presenciais e ocorrerão nos campi do IFMS, conforme o cronograma do curso em dias definidos em cada localidade, contando com salas de aula, biblioteca e laboratório de informática. A Pós-graduação Lato Sensu em Docência para EPCT contará com Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - AVEA na plataforma Moodle, destinado a subsidiar o processo de ensino e aprendizagem.

16.1 BIBLIOTECA E ACERVO

As bibliotecas dos *campi* do IFMS tem por finalidade apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo o aprendizado individual e o desenvolvimento social e intelectual do usuário. Contando com servidores(as) especializados(as) (bibliotecários(as)) que além das atribuições de suas funções de catalogação, manutenção e organização do acervo, também orientam os(as) usuários(as) sobre procedimentos de pesquisa, empréstimo, normalização de trabalhos acadêmicos e demais serviços do setor.

Os(as) estudantes do nível superior (graduação e pós-graduação) têm acesso à biblioteca virtual Pearson, com assinatura anual vigente pelo IFMS.

Os campi dispõem de biblioteca física, que contempla algumas unidades da bibliografia básica do curso. Outras bibliografias estão em processo de aquisição. Materiais em PDF também formarão o acervo, assim como a plataforma moodle e biblioteca on-line, que se encontra em desenvolvimento. O(a) estudante contará com o Repositório Institucional do IFMS, onde serão depositados os Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC).

16.2 FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES DO CURSO

A formação continuada do corpo docente do curso será realizada por meio de



encontros pedagógicos, antes do início de cada módulo, no campus, envolvendo docentes e coordenação do curso.

O(a) coordenador(a) do curso no campus, mediante seu papel de articulador(a) do trabalho pedagógico, atuará continuamente na formação continuada dos(as) docentes do curso por meio do acompanhamento e debate de questões pedagógicas inerentes à docência na Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

É recomendável que os(as) docentes do curso participem dos eventos promovidos pela Instituição que tenham relação com a Pós-graduação, principalmente, os Seminários de Pós- graduação.

16.3 EQUIPE DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS DOCENTES DA ESPECIALIZAÇÃO

A equipe de formação continuada corresponde a núcleos existentes nos campi que estão envolvidos direta ou indiretamente nas atividades da Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a EPCT, tais como o NUGED (Núcleo de Gestão Administrativa Educacional), o NEABI (Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas), o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) e o Colegiado do Curso, entre outros que, em conjunto, promoverão orientações sobre o curso, propondo novidades, eventos, seminários, planos de aulas, ementas e demais atividades que contribuirão com o desenvolvimento da especialização.

17 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO DO CURSO

A Especialização está organizada de modo a formar o estudante para que desenvolva:

- . O exercício da profissão de professor subsidiado pelos pressupostos histórico-filosóficos e psicopedagógicos, de forma a empregar adequadamente diferentes recursos tecnológicos no processo educacional e de gestão do sistema escolar;

- . Contextualizações e articulações dos conteúdos curriculares, sua organização, avaliação e integração com outras unidades curriculares, bem como a adequação e aprimoramento do ensino e aprendizagem;

- . Estratégias de enfrentamento dos problemas concretos do cotidiano escolar, a



partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos intra, inter, trans e multidisciplinares, com a contribuição das diferentes áreas do conhecimento do curso.

. Docentes e profissionais dos ambientes de ensino e afins que atuem de forma crítica e com domínio dos saberes e conhecimentos, teóricos e práticos da ciência, das tecnologias na educação, do trabalho e da diversidade cultural no âmbito da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, possibilitando desenvolver ações que se pautem no ensino, na pesquisa e na extensão;

. Empregar estratégias pedagógicas por meio de tecnologia da informação;

. Organizar o trabalho pedagógico, inter-relacionando as unidades curriculares e sua implementação nos ambientes pedagógicos;

. Trabalhar por meio da mediação pedagógica a partir de projetos e outras metodologias;

. Atuar na educação básica na perspectiva do Ensino Médio Integrado (EMI).

18 CERTIFICAÇÃO

Ao(à) estudante concluinte da Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica e aprovado em todas as etapas, conforme Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFMS, será conferido o certificado de Especialista em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Aos(às) profissionais da rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, correspondente aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que já ministram aulas como docentes ou que já estão aprovados(as) em concurso público como docentes, o certificado de Especialista em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica lhe atribui a licenciatura, conforme Resolução CNE/CP nº1 de 5 de janeiro de 2021.

As aulas serão presenciais e ocorrerão nos *campi* do IFMS, conforme o cronograma do curso em dias definidos em cada localidade, contando com salas de aula, biblioteca e laboratório de informática. A Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência para EPCT contará com Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - AVEA na



plataforma Moodle, destinado a subsidiar o processo de ensino e aprendizagem.

19 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11892.htm Acesso em 26 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - IBGE - cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). Estatuto do Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/estatuto-e-regimentos/estatuto-do-ifms>. Acesso em: 03 set. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). Diretrizes para a Gestão das Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Institucional do Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/estatuto-e-regimentos/estatuto-do-ifms>. Acesso em: 03 set. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). Regulamento de Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regulamentos/regulamento-organizacao-didatico-pedagogica-lato-sensu-resolucao-056-de-18-07-2016.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). Regulamento da Organização Didático-Pedagógica do Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regulamentos/regulamento-da-organizacao-didatico-pedagogica-do-ifms.pdf/view> Acesso em: 05 set. 2021.



INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS). Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena do Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2016.

Disponível em:

<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regulamentos/Resolucao09016RegulamentodoNucleodeEstudosAfroIndigenasNeabi.pdf>.

Acesso em: 31 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (IFMS).). Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades específicas do Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2016.

Disponível em:

<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regulamentos/regulamento-do-nucleo-necessidades-especificas-resolucao-026-de-15-04-2016.pdf>

Acesso em: 01 set. 2021.



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso do Sul